

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.844 - SP (2019/0043671-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : M V P (MENOR)
REPR. POR : R M L
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : J P F
ADVOGADO : GENECI ALVES DE QUEIROZ - PE015972

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por M. V. P., com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Alimentos. Filha menor (13 anos de idade), sob a guarda materna. Pleito deduzido em face do genitor. Sentença de procedência. Verba alimentar fixada no montante equivalente a 20% dos rendimentos líquidos do provedor. Irresignação recursal parcial. Tese de que o desconto sobre o salário do alimentante deve alcançar também o terço constitucional de férias. Plausibilidade. Verba vinculada à remuneração, que ostenta natureza salarial. Necessidade de inclusão na base de cálculo da pensão alimentícia. Precedentes.

Sentença reformada. Participação nos lucros da empregadora, ao revés, que não comporta a pretendida integração. Verba desvinculada da remuneração, de natureza não habitual, e que deve ser excluída da base de cálculo da prestação alimentar. Precedentes.

Pleito de majoração da pensão alimentícia para 30% do salário mínimo nacional vigente, na hipótese de desemprego ou trabalho autônomo.

Acolhimento. Binômio necessidade-possibilidade que deve ser preservado (art. 1.694, § 1º, do Código Civil). Encargo alimentar que deve ser suficiente para cobrir custos de alimentação, saúde, educação, higiene, vestuário e lazer da alimentanda, cujas necessidades são presumidas em face da menoridade. Sentença reformada.

Recurso parcialmente provido." (e-STJ, fl. 203)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação ao artigo 1.694, § 1º, do Código Civil e divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que os valores concernentes à participação nos lucros e resultados devem compor a base de cálculo de

incidência do percentual já fixado a título de pensão alimentícia.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ, fls. 299/302).

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC."*

No caso vertente, entendeu a Corte de origem pela impossibilidade de incidência da pensão alimentícia sobre a participação nos lucros e resultados, asseverando o seguinte:

"Noutro vértice, no que concerne às verbas incidentes para desconto na pensão alimentícia, prevalece o entendimento de que devem ser excluídas de sua base de cálculo as verbas rescisórias, bem como as verbas transitórias e eventuais, tais como aquelas recebidas a título de horas-extras não habituais, abonos concedidos pelo empregador, adicionais por periculosidade ou noturno, feriados trabalhados, bônus, FGTS e PIS/PASEP.

(...)

Marque-se que a participação dos lucros e resultados da empresa (PRL) depende da ocorrência de lucro da empregadora. Assim, por se tratar de verba incerta, eventual, de natureza exclusivamente indenizatória e, pois, desvinculada da remuneração, sobre ela não incidem os alimentos.

(...)

Destarte, a pensão alimentícia deve incidir apenas sobre as verbas de caráter habitual, afastando-se o pleito recursal de inclusão da PRL na base de cálculo da pensão alimentícia." (e-STJ, fls. 207/208)

Com efeito, a conclusão alinhavada pelo eg. Tribunal local está em dissonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que manifesta-se no sentido de que as verbas recebidas a título de participação nos lucros possuem natureza remuneratória, devendo, por isso, integrar a base de cálculo dos alimentos. A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART 1.042 DO CPC/15) -
INCIDÊNCIA DE VERBA REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DOS
LUCROS E RESULTADOS NO CÁLCULO DOS ALIMENTOS -
DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO**

RECLAMO - INSURGÊNCIA DO RÉU.

1. As parcelas percebidas a título de "participação nos lucros" configuram rendimento para fins de apuração do quantum devido em obrigação alimentícia, especialmente na hipótese de os alimentos serem definidos em percentual da renda do alimentante, devendo, portanto, integrar a base de cálculo da pensão alimentícia.

Precedentes desta Quarta Turma.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 934.343/RS, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 26/03/2018)

RECURSO ESPECIAL (art. 105, inc. III, "a", da CRFB/88) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS - INTEGRAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DA VERBA ALIMENTAR - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL DECORRENTE DO CONTRATO DE TRABALHO, APTO AO INCREMENTO DA POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE. INSURGÊNCIA DO AUTOR/DEVEDOR.

Hipótese: definir se a participação nos lucros e resultados integra a base de cálculos dos alimentos, fixados, em sede de ação de oferta de alimentos, no equivalente a 20% do salário líquido do demandante.

1. Ausência de violação ao artigo 535, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973, na medida em que o aresto estadual se encontra devida e suficientemente fundamentado, apenas tendo adotado tese contrária à pretensão declinada pela parte ora recorrente. 2. O título executivo, ao fornecer os parâmetros para sua interpretação, dispôs como base de cálculo o salário líquido, esse entendido como os valores brutos auferidos pelo empregado, subtraídos apenas os descontos da previdência e do imposto de renda.

Ao se proceder à leitura da sentença, infere-se que o termo salário foi utilizado como equivalente às expressões rendimentos e ganhos.

2.1 A verba recebida a título de participação nos lucros objetiva estimular a produtividade do empregado, pois esse terá seus vencimentos ampliados na medida em que produza mais, tratando-se, portanto, de rendimento decorrente da relação de emprego. Desse modo, a circunstância de a referida verba, nos termos do art. 7º, inc. XI, CRFB/88 não poder ser considerada para efeito de incidência de ônus sociais, trabalhistas, previdenciários, não impede que seja considerada como base de cálculo para se aferir o quantum devido a título de alimentos. Precedentes.

2.2 Assim, para fins de apuração do valor relativo aos alimentos, deve ser reconhecida a natureza salarial/remuneratória da verba em questão, porquanto inegavelmente implica acréscimo em uma das variáveis do binômio da prestação alimentar, isto é, na possibilidade do alimentante, devendo os valores auferidos a tal título integrar a base de cálculo da prestação alimentar.

3. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1561097/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 02/03/2018)

Assim, encontrando-se o aresto recorrido em dissonância com a jurisprudência desta Corte Superior, imperiosa a sua reforma.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar que a pensão alimentícia incida sobre a participação nos lucros.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator